

CORREIO POLÍTICO

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Lula e Alcolumbre: "camadas de constrangimento"

Poderá mesmo haver uma mulher negra no STF

Ainda na noite de quarta-feira (29) após a derrota, a equipe que trabalhou pelo advogado-geral da União, Jorge Messias, para o Supremo Tribunal Federal (STF) avaliava a sua atuação. Concluía que o resultado não tinha qualquer relação direta com o próprio Messias. Não era uma rejeição a ele. Era uma conjugação de fatores políticos que envolvem muito mais os cálculos eleitorais. Principalmente, avaliavam, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), escolhera um lado. E esse lado não era mais o lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A partir dessa constatação, o que se amadureceu, na quinta (30), era que os próximos passos precisavam adicionar à relação "camadas de constrangimento".

Sem brigas explícitas

O termo "camadas de constrangimento" foi dito por uma fonte ao Correio Político. O que significa isso? Significa Lula manter suas prerrogativas de indicação de um nome para o Supremo devolvendo a Alcolumbre e ao Senado os eventuais desgastes, seja a partir de uma decisão de Alcolumbre de segurar a análise seja quanto a uma eventual decisão do Senado de impor ao governo novamente uma derrota.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Cármén Lúcia: a mais bem avaliada

Perfil fora do jogo político

Toda a trama que envolve a derrota de Messias está diretamente ligada à opção política da escolha. Por conta do Mensalão e da Lava Jato, Lula se ressentiu de ter escolhido no começo juristas mais técnicos para o Supremo. Entende que eles acabaram atuando contra ele. Passou a escolher nomes da sua estrita confiança. O ápice foi seu advogado pessoal, Cristiano Zanin. Por outro lado, o Senado forçou a indicação de um de seus pares, o senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG). A avaliação passada a Lula agora é que ele faça uma escolha fora desse jogo político.

Cármén Lúcia é a mais popular

Uma mulher jurista negra. Pesquisa Datafolha de abril mediu a popularidade dos ministros do STF. E concluiu que a ministra mais popular é Cármén Lúcia, a única mulher, professora de Direito, com carreira de procuradora em Minas Gerais. O Senado reprovaria alguém com esse perfil que, além de reconhecida jurista e mulher, ainda fosse negra?

POR RUDOLFO LAGO

Derrota

A avaliação feita a Lula é que, nesse caso, a interpretação da sociedade talvez não fosse que uma nova derrota viesse a ser dele, mas do Senado, ao impedir a escolha. Ou de Alcolumbre, por simplesmente não pautar a votação, impedindo a concretização de uma prerrogativa que é do presidente da República.

Justiça

Rejeitava-se completamente uma ideia considerada estapafúrdia do advogado Marco Aurélio de Carvalho, do grupo Prerrogativas, de contestar a derrota de Messias no STF. A visão geral era de que aprovar ou não a indicação de Lula era da mesma forma uma prerrogativa constitucional do Senado.

Alcolumbre

Porém, caso Lula fizesse uma nova indicação e Alcolumbre, como chegou a ventilar, sentasse em cima, não marcasse a sabatina e deixasse a escolha para o próximo presidente, ele, então, estaria coibindo o avanço da prerrogativa do presidente da República. E isso, sim, poderia gerar uma contestação judicial.

CPMIs

Seria um caso semelhante ao que já foi julgado e decidido pelo STF, quando determinou que o presidente do Senado não teria o poder de simplesmente evitar a instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito se ela tiver o número mínimo de assinaturas e preencher os requisitos. Precisa instalar a CPMI numa sessão do Congresso.

Amigo

Na avaliação que foi feita, concluiu-se que seria fácil o Senado rejeitar a indicação de um ministro do STF somente porque se trata de um amigo do peito do presidente, destinado a blindá-lo na Corte de eventuais problemas jurídicos. Esse tipo de caráter político das escolhas é fortemente rejeitado pela sociedade.

Sociedade

Mas a derrota de alguém que a sociedade visse como seu representante jogaria o desgaste para o Senado. Poderia reeditar um momento em que o governo viu sua popularidade subir quando levou às ruas a ideia de "Congresso inimigo do povo". É, porém, um jogo arriscado se acirrar uma guerra entre poderes.

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Comissão do fim da 6x1 apresentará seu plano de trabalho

Depois das derrotas, governo foca no fim da 6x1

Banco Master voltará a ser tema de audiências no Congresso

Por Gabriela Gallo

Instalada na última semana, a comissão especial que debate a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que determina o fim da escala de trabalho 6X1 começa oficialmente seus trabalhos nesta terça-feira (5), a partir das 14h. A informação foi confirmada pelo presidente da comissão, deputado federal Alencar Santana (PT-SP).

Na reunião, o relator da PEC, deputado Leo Prates (Republicanos-BA), apresentará o plano de trabalho da comissão, que tem a missão de finalizar os trabalhos e entregar o parecer para análise do plenário da Câmara dos Deputados até o final do mês.

"Vamos debater com muita tranquilidade, muita profundidade, ouvindo todos os setores possíveis, porém, em um tempo muito rápido: queremos aprovar [o parecer] até o final de maio", destacou Alencar Santana.

A proposta que será debatida na comissão especial é uma junção de duas PECs que determinam a redução da jornada de trabalho de empregados de carteira assinada de 44 horas semanais para 36 horas semanais. Contudo, uma proposta determina a mudança imediata (PEC 8/2025) e a outra determina um prazo de adaptação de dez anos (PEC 221/2019). Após a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara considerar

a medida constitucional, agora cabe à comissão especial ponderar possíveis alterações no texto.

Além disso, nesta quinta-feira (7) a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher também realizará um seminário para debater sobre a redução da jornada 6X1, mas com o recorte dos impactos para as trabalhadoras.

Ainda nesta terça-feira, o presidente do Banco Central (BC) Gabriel Galípolo participará de uma audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal.

Ao convocar Galípolo, o presidente da CAE, senador Renan Calheiros (MDB-AL), reiterou que a presença do presidente do BC será importante para esclarecer diversos questionamentos sobre o a atuação do banco na fraude bilionária de mais de R\$ 12 bilhões do Master.

"O Banco Central mandou 23 avisos de irregularidade para o Master e não tomou, ao longo desses anos, nenhuma providência, salvo a intervenção em dezembro de 2025", defendeu Calheiros.

Além disso, há a possibilidade de o Congresso Nacional instaurar uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar os desvios do Banco Master, pedida pelas deputadas federais Heloísa Helena (Rede-RJ) e Fernanda Melchionna (Psol-RS), que recolheram as assinaturas mínimas necessárias.